

Moções para Conferência Estadual de dos Direitos da Criança e Adolescente

1- Moção de apoio ao PLC 60/2007 que versa sobre a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica.

2- Moção de repúdio às propostas de redução da maioria penal.

3- Moção de repúdio à suspensão do kit escola sem homofobia.

Moção de apoio ao PLC 60/2007 que versa sobre a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica

Nós, delegados da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada nos dias 18 e 20 de abril de 2012, vimos expressar através desta moção nosso apoio ao Projeto de Lei da Câmara (PLC), N° 60 de 2007, de autoria do Deputado José Carlos Elias, que dispõe sobre a prestação de serviços realizados por profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas de educação básica. Este PLC representa o reconhecimento de que o processo educacional é transpassado por inúmeras variáveis que estão para além das possibilidades dos professores e professoras e que, neste sentido, requer a contribuição de equipes multiprofissionais com vistas a somar esforços pela garantia de uma educação pública de qualidade. Contudo, a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais deva se dar através de concursos públicos para as secretarias municipais de educação e não via o deslocamento de quadros das políticas de saúde e de assistência social, como prevê o Projeto.

Portanto, apoiamos com ressalvas o PLC 60/2007 bem como defendemos a ampliação de sua abrangência para a inserção de psicólogos/as e assistentes sociais em todas as unidades educacionais públicas e o alargamento desta equipe multiprofissional de modo a contemplar outras categorias profissionais (como pedagogos, sociólogos, fonoaudiólogos, animadores culturais, etc).

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS PROPOSTAS DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Nós, delegados(as) da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012, repudiamos qualquer proposta relativa à redução da maioria penal. Muitas vezes essa discussão vem à tona sob a lógica de que a redução da maioria penal acabaria com a impunidade e, assim também com a violência. Não é encarcerando adolescentes que resolveremos o problema da violência em nosso país.

Dados demonstram que a parcela de crimes cometidos por adolescentes é ínfima. Outras pesquisas mostram, inclusive, que jovens negros e pobres são os que mais sofrem com a violência, sendo a parcela da população que mais é vítima de homicídios em nosso país.

Assim também conhecemos, de longa data, a violência praticada pelo próprio Estado contra crianças e adolescentes, não apenas através de seus braços repressores, mas também através da não garantia de direitos e de condições para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. E mais uma vez tenta-se penalizar, individualmente, adolescentes que, sabemos, são mais vítimas de toda a estrutura de violência do que algozes.

Além disso, adolescentes são pessoas em formação. Não faz sentido, portanto, encarcerá-los e, sim, garantir proteção e acesso a direitos, respeitando sua real condição de sujeito em desenvolvimento. Reduzir a maioria penal e julgar adolescentes a partir do Código Penal e não defender seus direitos a partir do ECA significa condenar nossos adolescentes a conhecer e vivenciar de forma mais profunda e por um maior tempo, no sistema prisional, todas as formas de violência, de aviltamento, toda a negação da dignidade e da cidadania.

MOÇÃO DE REPÚDIO À SUSPENSÃO DO KIT ESCOLA SEM HOMOFOBIA

Nós, delegados(as) da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012, vimos expressar nosso repúdio à suspensão promovida pelo governo federal da distribuição do kit Escola sem Homofobia.

Acreditamos que essa medida tem impacto direto sobre reivindicações, direitos, cidadania e laicidade do Estado; condições estas para formação de uma sociedade livre de preconceitos e que possa respeitar e crescer com a diversidade.

Defendemos o acesso universal aos diversos direitos. A educação cumpre importante papel para sua promoção, bem como para uma sociedade de respeito ao outro e de erradicação da violência contra vários segmentos populacionais, entre eles os LGBT's. Suspender a distribuição do kit é, assim, compactuar com a tradição homofóbica que destitui sujeitos LGBT's de quaisquer direitos de cidadania.

Educar para a diversidade é combater discriminação e preconceito!